

*MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 18 DE NOVEMBRO DE 2016*

### **Exigimos e é possível**

### **Melhores salários | Carreiras | Serviço Público**

O Orçamento do Estado para 2017 está em discussão na Assembleia da República e cabe ao Governo, no quadro dos compromissos assumidos com o povo e com os partidos com assento parlamentar (PCP, BE e PEV), responder às dificuldades vividas pelos trabalhadores, resultantes de décadas de políticas de esbulho e ataque aos seus direitos.

**A nós, trabalhadores, caberá sempre lutar pela defesa, cumprimento e conquista dos nossos direitos!**

### **Quem luta sempre alcança!**

Com a luta dos trabalhadores, foi já possível reconquistar alguns direitos, como a reposição das 35 horas ainda que de forma insuficiente (não abrangendo os contratos individuais de trabalho), a reposição dos 4 feriados roubados, a reversão dos cortes nos salários acima dos €1500,00 e o fim da requalificação.

### **Não chega! É insuficiente!**

Exigimos e é possível que o Orçamento do Estado para 2017 vá mais longe na resposta às exigências dos trabalhadores, exigências que constam da nossa Proposta Reivindicativa Comum.

### **Não baixamos os braços!**

Vamos continuar a lutar porque é urgente o aumento digno dos salários e das pensões, a reposição do pagamento do trabalho extraordinário, das horas de qualidade, do suplemento de insalubridade penosidade e risco e demais suplementos, o descongelamento das posições remuneratórias, a dignificação das carreiras, o respeito e dinamização da negociação colectiva, a abertura de concursos, a erradicação da precariedade na Administração Pública, a revisão urgente das normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

**Assim, os trabalhadores e aposentados da Administração Pública, concentrados diante da Assembleia da República a 18 de Novembro de 2016 exigem:**

- **A dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores da Administração Pública designadamente com o aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 50,00€; a reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade; o aumento do subsídio de refeição para 6,50€; o descongelamento das progressões das posições remuneratórias; a reposição do valor do trabalho suplementar; a redução do desconto da ADSE para 1,5%; a abertura de procedimentos concursais; a reposição dos 25 dias de férias, majorados com dias de idade e serviço; a reposição dos escalões de IRS existentes antes da entrada da troika; a regulamentação do suplemento de penosidade, insalubridade e risco; a identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido e as demais medidas exigidas na Proposta Reivindicativa Comum para 2017;**

# RESOLUÇÃO

## MANIFESTAÇÃO NACIONAL

18 DE NOVEMBRO DE 2016

---

- O reconhecimento, valorização e dignificação das carreiras profissionais dos trabalhadores da Administração Pública de acordo com os seus conteúdos funcionais e a melhoria das condições de trabalho;
- A defesa do emprego público e a reposição do vínculo de nomeação e o fim dos vínculos precários, designadamente com a alteração das normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a revogação do SIADAP;
- O respeito pelos direitos sociais e laborais individuais e colectivos com a defesa da negociação e contratação colectiva, do sistema público de pensões, do direito ao emprego e reforço do papel da Administração Pública na satisfação das necessidades básicas da população, da ADSE enquanto sistema público complementar de saúde na Administração Pública;
- A aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas, quer em regime de contrato de trabalho em funções públicas, quer com contrato individual de trabalho.

Os trabalhadores e os aposentados continuarão a lutar pelos seus legítimos direitos, dinamizando e desenvolvendo todos os processos de luta imprescindíveis e inadiáveis em defesa das suas condições de vida e do direito constitucional das populações a serviços públicos de qualidade e às funções sociais do Estado.

*Lisboa, 18 de Novembro de 2016*